

Suporte familiar em jovens internados em Centros Educativos: Entre a dissonância e a complementaridade.

Dissertação

Mestrado em Psicologia Clínica

Especialização em Terapias Familiares e Sistémicas

Mariana Cravide Silva

Coimbra, 2025

Suporte familiar em jovens internados em Centros Educativos: Entre a dissonância e a complementaridade.

MARIANA CRAVIDE SILVA

Dissertação Apresentada ao ISMT para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Clínica
Ramo de Especialização em Terapias Familiares e Sistémicas

Orientador: Professor Doutor Diamantino José Figueiredo dos Santos, ISMT

Arguente: Professora Doutora Maria Carolina Almeida Ruas Correia de Oliveira

Presidente: Professora Doutora Joana Maria Aleluia Gomes Sequeira

Coimbra, Dezembro 2025

Agradecimentos

Gostaria de expressar, em primeiro lugar, a minha profunda gratidão aos meus pais, pelo apoio incondicional e constante, a quem dedico todo o meu esforço e trabalho, pois sem eles nada disto seria possível, esta conquista é, em grande parte, vossa.

Ao meu irmão, deixo igualmente o meu sincero agradecimento pelo incentivo concedido ao longo desta etapa e durante todos os anos do curso.

Aos meus avós paternos, que mesmo não estando presentes, continuam a ser uma grande inspiração. Dedico-vos este esforço, pelo carinho, incentivo e apoio que sempre me transmitiram.

Ao meu namorado, deixo um agradecimento muito especial por estar ao meu lado em todos os momentos, oferecendo suporte, compreensão e motivação, mesmo quando eu já não a tinha.

Por fim, e não menos importante, ao meu orientador, Professor Doutor Diamantino Santos, manifesto a minha mais sincera gratidão pelo conhecimento partilhado, pela disponibilidade, orientação e apoio permanente, bem como a prontidão em esclarecer dúvidas e ajudar ao longo deste percurso desafiante.

Índice

Introdução.....	1
Metodologia.....	6
Objetivos do estudo.....	6
Hipóteses de investigação.....	6
Amostra.....	7
Procedimentos.....	7
Instrumentos.....	8
Resultados	8
Discussão dos Resultados.....	16
Conclusão.....	19
Referências Bibliográficas.....	20

Lista de acrónimos

SPSS - Statistical Package for the Social Sciences.

LTE - Lei Tutelar Educativa.

IPSF - Inventário de perceção de suporte familiar.

DGRSP - Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

ISMT - Instituto Superior Miguel Torga.

CE - Centro Educativo

Anexos

Anexo 1 - Parecer da Comissão de Ética do ISMT.

Anexo 2 - Pedido de utilização do Inventário de percepção de suporte familiar.

Anexo 3 - Consentimento informado.

Anexo 4 - Questionário sociodemográfico para os técnicos.

Anexo 5 - Entrevista estruturada para os técnicos.

Índice de tabelas

Tabela 1. Análise descritiva dos dados sociodemográficos dos técnicos

Tabela 2. Análise das características sociodemográficas dos jovens

Tabela 3. Contacto dos técnicos com a família e jovens

Tabela 4. Coeficiente alfa de Cronbach do IPSF por fator

Tabela 5. Coeficiente alfa de Cronbach do IPSF por item de cada fator

Tabela 6. Matriz de correlações entre variáveis sociodemográficas dos jovens, avaliação dos técnicos e IPSF

Tabela 7. Média do IPSF total e por fator

Tabela 8. Comparação da percepção de suporte familiar entre jovens e profissionais

Resumo

O objetivo deste estudo exploratório é comparar a avaliação que os interventores/tutores e os jovens realizam sobre o apoio familiar de jovens institucionalizados. A confluência ou divergência entre a análise dos técnicos que acompanham estes jovens, e a dos jovens institucionalizados relativamente ao seu suporte familiar, pode constituir uma dissonância significativa para a intervenção técnica.

Os participantes são 3 técnicos tutores que avaliaram o apoio familiar de 33 jovens em contexto de internamento numa instituição do ministério da justiça, e os jovens que avaliaram o apoio familiar recebido. O instrumento aplicado aos técnicos foi o questionário sociodemográfico, com uma pequena avaliação na influência da família sobre o jovem durante o cumprimento das suas medidas. Os instrumentos aplicados aos jovens foram o Inventário de Percepção de Suporte Familiar e um questionário sociodemográfico.

A nível metodológico esta é uma investigação empírica, constitui-se como um estudo transversal e de metodologia quantitativa (Field, 2018).

Os resultados indicam que a mãe é vista como a principal figura de referência, seguindo-se os pais e irmãos, verificou-se ainda que, a maioria destes jovens, tiveram anteriormente percursos de institucionalização na segurança social. Uma parte significativa destes jovens recebem visitas 3 ou mais vezes por mês, mas um elevado número de jovens não recebe qualquer visita. Nas entrevistas com os técnicos, verificou-se frequente contacto com os jovens (mais de 10 horas semanais), mas pouco contacto com as famílias (1 a 2 horas por semana ou menos).

A maioria destes jovens viveu experiências familiares marcadas por negligência, violência e instabilidade, com laços familiares frágeis e contactos/visitas familiares pouco frequentes. Revelou-se que os técnicos têm uma presença constante junto dos jovens, mas o envolvimento com as famílias é limitado. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas na avaliação realizada pelos jovens e pelos profissionais relativamente ao apoio familiar recebido, durante o cumprimento das medidas de internamento, salientando que esta consonância de avaliações facilita a definição de estratégias técnicas de intervenção familiar dirigidos às problemáticas específicas destas famílias.

Palavras-chave: Relações familiares, Comportamentos disruptivos, Delinquência juvenil, Suporte social.

Abstract

The goal of this exploratory study is to compare the assessments that interveners/tutors and young people make about the family support of institutionalized youth. The convergence or divergence between the analysis of the technicians who accompany these young people and that of the institutionalized youth regarding their family support can constitute a significant dissonance for the technical intervention.

The participants are 3 tutor technicians who assessed the family support of 33 young people in the context of detention in an institution of the Ministry of Justice, and the young people who assessed the family support received. The instrument applied to the technicians was the sociodemographic questionnaire, with a small assessment of the influence of the family on the young person during the fulfillment of their measures. The instruments applied to the young people were the Family Support Perception Inventory and a sociodemographic questionnaire. Methodologically, this is an empirical investigation, constituting a cross-sectional study and a quantitative methodology (Field, 2018).

The results indicate that the mother is seen as the main reference figure, followed by fathers and siblings, and it was found that most of these young people had previous trajectories of institutionalization in social security. A significant portion of these young people receive visits 3 or more times a month, but many of these young people do not receive any visits. In interviews with the technicians, it was verified that there was frequent contact with the young people (more than 10 hours a week), but little contact with the families (1-2 hours a week or less).

Most of these young people experienced family situations marked by neglect, violence, and instability, with fragile family ties and infrequent family contact/visits. It was revealed that the professionals have a constant presence among the young people, but their involvement with the families is limited. There are no statistically significant differences in the evaluations made by the young people and the professionals regarding the family support received during the fulfillment of the detention measures, highlighting that this consistency in evaluations facilitates the definition of technical family intervention strategies focused on the specific problems of these families.

Keywords: Family relations, Disruptive Behaviors, Juvenile Delinquency, Social Support

Introdução

A delinquência é um conceito que, segundo Born (2005), está ligado à criminalidade juvenil, caracterizando um comportamento de um jovem que cometeu um ato delituoso. A delinquência grave, constitui assim a quebra ou violação da lei por parte dos jovens, os quais são em Portugal, sujeitos a uma lei especial, em razão da idade, designada de Lei Tutelar Educativa (LTE) (Duarte, 2011; Soares, 2012). Estes jovens encontram-se em centros educativos, sendo considerados uma ameaça à sociedade pela tipologia criminal, pela continuidade da atividade delituosa ou pelo não cumprimento de medidas na comunidade (Paula & Júnior, 2013).

Estes atos delituosos podem ser cometidos por diversas razões, Tomiță (2014) salienta a evolução tecnológica, com a qual as relações sociais e as relações familiares acabam por ser afetadas, aumentando a possibilidade de os jovens se envolverem em situações de risco, uma vez que aumenta a sua exposição a situações de violência. Santos, D. (2017) refere a delinquência juvenil como forma de oposição às figuras paternas ou, também, como forma de se inserirem no seu grupo de pares, num contexto familiar promotor de uma independência precoce, decorrente do abandono ou das lacunas afetivas familiares e da carência de modelos adultos competentes, situações que podem conduzir alterações comportamentais graves na adolescência. A família tem assim uma enorme importância nos jovens, constituindo-se como um dos principais agentes da sua socialização, permitindo elaborar as dimensões afetivas da interação, que permitem a cada indivíduo compreender e desempenhar um papel, consolidando o seu sentimento de pertença à sua realidade e particularidade familiar (Alarcão, 2003).

Existem vários fatores de risco significativos para a delinquência, à parte dos fatores familiares já mencionados. Características individuais como a impulsividade e capacidade cognitiva limitada, grupo de pares delinquentes, desmotivação académica, assim como fatores contextuais como as escolas com ocorrências transgressivas, famílias com rendimentos baixos e em situação habitacional precária, e habitar em áreas de elevada criminalidade, constituem fatores de risco para comportamentos delinquentes (Carrilho, 2000; Schoon & Parsons, 2002).

Por norma, os jovens com comportamento delinvente crescem num ambiente onde são normalizados os estilos parentais negligentes ou permissivos, com insuficiência de vigilância das crianças durante a infância e pela disciplina inconsistente (Farrington, 2005). Segundo Freire (2020) e Nogueira (2022) estas famílias são, por norma, famílias com um consumo

abusivo de substâncias, sem acesso a cuidados médicos, de pobreza extrema, desnutridos, desempregados, por vezes, numa habitação sobrelotada e tipicamente com a presença de psicopatologia nos progenitores, sendo estes alguns fatores de risco para o desenvolvimento de comportamentos antissociais ou delinquentes. Famílias com vulnerabilidade social e psicológica, não conseguem cumprir com os papéis parentais para o bom desenvolvimento nem conseguem corresponder às necessidades do jovem (Nogueira, 2022; Schoon & Parsons, 2002).

A família tem a função de conceber condições para a criação de um bom desenvolvimento do jovem e ainda a função de dar acesso a necessidades básicas criando boas condições de saúde, educação, habitação, cuidado e preocupação e ainda meios económicos de sobrevivência (Nogueira, 2022). Para além das condições socioeconómicas, a qualidade das práticas parentais é também fundamental (Silva, 2010), com os pais que adotam um estilo parental *autoritário* a promover o desenvolvimento de crianças com altos níveis de conformidade e obediência, mas com baixos índices de bem-estar emocional e segurança. Já as crianças educadas por pais com um estilo parental *permissivo* tendem a revelar baixa autoconfiança e problemas significativos no autocontrolo. Por outro lado, crianças com pais que praticam um estilo parental *afirmativo e democrático* mostram-se geralmente mais ajustadas, evidenciando elevados níveis de felicidade, competência social e capacidade de alcançar metas (Silva, 2010).

A relevância da família no desenvolvimento dos jovens, quer nos processos desenvolvimentais normativos, quer nos processos desenvolvimentais perturbados, é colocado em evidência pela literatura (Alarcão, 2003; Paula & Júnior, 2013; Santos, J.D., 2015; Santos, D., 2017; Silva, 2010). O desenvolvimento de um sistema de vinculação segura proporcionará segurança e satisfação à criança, mas o estabelecimento de processos interativos que fomentam uma vinculação insegura potenciam os sentimentos depressivos ou de ansiedade e ciúme, aumentando a probabilidade de ocorrência do comportamento delinvente (Santos, J.D., 2015).

Paula e Júnior (2013), refere que os jovens com comportamentos delinquentes graves, institucionalizados, apresentam um aumento na probabilidade do consumo de drogas, menos apoio familiar e piores expectativas de futuro. Aquando da institucionalização do jovem, Nogueira (2022) refere que o apoio familiar em situações de adversidade dos filhos, parece ficar significativamente comprometido nas famílias mais vulneráveis.

Segundo Correia (2017) e Paula e Júnior (2013), um jovem cuja família ou um membro desta já tenha estado em centro educativo, cumprido pena de prisão ou com comportamentos delinquentes, irá ter maior probabilidade de enveredar por comportamentos transgressivos.

Cerca de 30% dos jovens em regime de internamento tinham familiares com história de cumprimento de medidas de internamento ou então encontravam-se detidos, com utilização de drogas ilegais, tanto pelo jovem como por familiares (Paula & Júnior, 2013). Os comportamentos delinquentes de um membro irão afetar toda a dinâmica familiar, passando estes comportamentos a ser o foco principal da interação família, conduzindo ao estabelecimento de padrões de interação rígidos, dificultando assim o desenvolvimento individual e familiar, perturbando a evolução da família no sentido do seu desenvolvimento e reorganização (Paula & Júnior, 2013).

Soares (2012) refere que a família é um sistema com diversos subsistemas, sendo que, todos os membros desta estão interligados entre si, ao existir uma perturbação que afeta um membro da família essa irá afetar, do mesmo modo, os restantes. Esta perturbação no sistema (sintoma) é entendida como uma forma de comunicação com o seu ambiente envolvente, é vista como um “pedido de mudança para a não mudança” dando abertura para a intervenção e para a morfogénese familiar (Alarcão, 2003).

Correia (2017), salienta a importância da coesão familiar como o laço emocional familiar que interliga os seus elementos. Tem vários níveis, *coesão extremamente alta*, *coesão moderada/alta*, *coesão baixa/moderada*, e *coesão extremamente baixa* (Correia, 2017). O primeiro e o último nível são considerados problemáticos e o segundo e terceiro nível são os que levam ao desenvolvimento saudável do indivíduo e ao bom funcionamento familiar.

Como fomos explanando, o funcionamento familiar pode contribuir para inibir ou amplificar os comportamentos delinquentes (Alarcão, 2003; Nogueira, 2022; Paula & Júnior, 2013; Santos, D., 2017). Desta forma, as perturbações na estrutura e na organização familiar, com as suas implicações recursivas nas tarefas, funções e papéis familiares, com limitações na competência de suporte emocional, supervisão e regulação dos filhos, aumentam o risco de envolvimento destes na delinquência juvenil (Alarcão, 2003; Nogueira, 2022; Paula & Júnior, 2013; Santos, D., 2017). Relações familiares de qualidade tendem a atenuar estas dificuldades, protegendo o jovem dos riscos psicossociais, e consequentemente, diminuindo probabilidade do seu envolvimento em condutas disruptivas graves (Nogueira, 2022).

Relativamente à componente estrutural familiar, foi observado que jovens de famílias intactas apresentam uma menor probabilidade em se envolver em ambientes e comportamentos delinquentes ou antissociais, contrariamente ao que ocorre em jovens de famílias

monoparentais, ou em famílias reconstituídas em que coexista um padrasto ou madrasta (Mendes, 2020). Nas famílias biparentais, existe mais envolvimento destes na vida do jovem, transmitindo segurança, supervisão e uma boa vinculação, diminuindo a probabilidade do jovem se envolver em comportamentos delinquentes. Nas famílias monoparentais, ocorre uma maior incidência de comportamentos delinquentes, decorrente do menor envolvimento do cuidador na vida do jovem, transmitindo menos segurança e maiores dificuldades na vinculação, que constituem fatores de risco para a delinquência (Mendes, 2020).

Famílias onde a criança/jovem vivencia a violência, tendem a normalizar esse tipo de comportamentos, conduzindo a distorções cognitivas, das emoções e comportamentos, potenciando a ideação da agressividade como forma de resolver os problemas (Freire, 2020). Nestas famílias, as crianças/jovens sentem-se abandonados/as, e ao normalizarem os comportamentos de violência/agressividade vividos no interior da família, tendem a mimetizar os comportamentos agressivos parentais, a apresentar dificuldades em confiar noutros e em ter relações de proximidade, por receio de serem abandonados de novo (Freire, 2020).

Os comportamentos pró-sociais são comportamentos normalizados pela sociedade, para os quais é necessário um contexto familiar com uma educação marcada pela forte vinculação, bom envolvimento parental e monitorização positiva (Freire, 2020). Como fatores de proteção, Freire (2020) salienta a importância da coesão familiar, relações afetuosas, demonstrar preocupação, comunicação positiva e afetiva entre os membros, interações que tendem a diminuir os conflitos e os comportamentos delinquentes, pois é desenvolvida a cooperação, discussão de assuntos de forma saudável e confiança entre os membros.

Os fatores de proteção e os fatores de risco já referidos acima, não estabelecem uma relação linear na prevalência de comportamentos delinquentes, porém, salientam para a importância da família no desenvolvimento destes comportamentos nos filhos (Freire, 2020).

Os pais/cuidadores devem de ser responsivos às necessidades das crianças e dos adolescentes, responsividade que deve abranger a independência comportamental e psicológica desses (Mendes, 2020). O incentivo dessa independência pelas atitudes parentais que favorecem e estimulam a capacidade de tomar decisões por iniciativa própria, incluindo o apoio, respeito e compreensão nas opiniões pessoais do jovem, estimulam o desenvolvimento psicológico e emocional deste. Quando as necessidades de independência e autonomia dos

jovens não são satisfeitas, e estes dispõem de pais controladores, aumenta a probabilidade de ocorrência de comportamentos delinquentes, antissociais ou de oposição (Mendes, 2020).

A nível das diferenças de género, Mendes (2020) observa que são mais prevalentes estes comportamentos no sexo masculino do que no sexo feminino, corroborando com os dados da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP, 2025).

O apoio familiar não só é importante durante o crescimento do jovem, mas também, durante e após a saída dos centros educativos, pois esse suporte, financeiro e emocional, irá ajudar na reinserção do jovem na sociedade e na redução da reincidência, motivando-o para a desistência delinquencial (Lemos, 2007; McGillivray, 2016; Simões et al., 2008). Um clima positivo, baseado no otimismo, um ambiente calmo, correspondendo ao afeto e aceitação do jovem, contribui para que este se sinta aceite e confortável na família, e a existência de apoio na família conduz a menor probabilidade de envolvimento em comportamentos delinquentes (Lemos, 2007; Mendes, 2020; Simões et al., 2008).

Em função das perturbações na estrutura e dinâmicas familiares destes jovens, a perspetiva destes jovens com comportamento delinvente, aquando da institucionalização em centros educativos, poderá estar perturbada. Neste sentido, a perspetiva complementar dos técnicos que acompanham estes jovens em proximidade no seu percurso institucional, pode ser de especial relevância enquanto visão externa. Estudos realizados com estes técnicos, revelam que estes reconhecem a importância da relação familiar para estes jovens, sendo frequentemente descritos como apresentando um suporte frágil da rede familiar (Nogueira, 2022). Neste sentido, e tal como Von Foerster (2003) refere, o observador, é um sistema vivo, ou seja, o observador é parte do próprio sistema que está a observar, está envolvido num circuito de *feedback* consigo mesmo. Segundo Von Foerster (2003) a descrição do mundo é a nossa invenção, logo somos eticamente responsáveis pela forma como inventamos e agimos no mundo. Desta forma, num centro educativo, o técnico constitui o sistema observante principal do jovem, sendo impossível de observar a realidade de forma objetiva, mas sim construindo a sua própria realidade coerente sobre as regras institucionais, as suas características pessoais, as finalidades da sua avaliação e a qualidade da relação com o jovem e a família. Os atos delinquentes destes jovens podem ser interpretados como um ajuste lógico ou como mecanismo de sobrevivência mais eficaz que este desenvolveu, dada a sua estrutura de regras, crenças e padrões de comunicação estabelecidos e mantidos pelo seu sistema familiar (Alarcão, 2003). Assim, a intervenção exige que o técnico se posicione como um observador

de segunda ordem que, em vez de impor uma verdade externa, trabalha com o jovem e a sua família para desafiar e reconstruir essas narrativas limitantes, capacitando-os a assumir a responsabilidade ética pela construção de uma nova realidade mais funcional.

Assim, torna-se importante comparar a perspectiva dos técnicos acerca da qualidade da relação entre os jovens institucionalizados nos centros educativos e as suas famílias, pois observam estes jovens desde a sua entrada nos centros, os seus comportamentos, a sua relação com a família e como esta os influencia. Segundo Nogueira (2022), alguns dos técnicos partilham da opinião de que os comportamentos delinquentes destes jovens se devem, maioritariamente, à falta de interesse e de atenção da família, sendo esta negligente para com estes, facto que releva a pertinência deste estudo, na medida em que existem poucos estudos envolvendo uma comparação entre a perspectiva avaliativa do suporte familiar aos jovens por parte dos técnicos enquanto observadores externos, e a avaliação destes jovens face ao suporte familiar recebido, em centros educativos.

Metodologia

O presente estudo tem como objetivo geral compreender a avaliação/análise que os interventores/tutores de jovens institucionalizados realizam sobre as famílias dos jovens, esclarecendo se esta leitura é diferente da análise que os jovens realizam sobre o apoio familiar. Para tal, será analisada a opinião dos técnicos que acompanham estes jovens e também a opinião dos jovens, compreendendo dissonâncias e pontos em comum. Foram estabelecidos como objetivos específicos: a) analisar a perceção dos técnicos relativamente à influência da família no comportamento do jovem em contexto de internamento; b) explorar a perceção dos jovens acerca do suporte familiar; c) comparar as perceções dos técnicos e dos jovens, identificando pontos de convergência e divergência.

Hipótese de investigação

H0: Existem diferenças significativas entre a avaliação familiar dos jovens por parte dos seus técnicos tutores, e a avaliação que estes jovens efetuam do seu apoio e suporte familiar, durante o cumprimento das medidas de internamento.

H1: Não existem diferenças significativas entre a avaliação dos técnicos e dos jovens, relativamente ao apoio e suporte familiar aos jovens, durante o cumprimento das medidas de internamento.

Amostra

O processo de amostragem é de conveniência, com os participantes sendo os 3 técnicos superiores tutores dos 33 jovens participantes deste estudo. Este grupo de técnicos tem como critérios de inclusão: a) trabalhar no centro há mais de 2 anos, b) ser o técnico que acompanha o jovem que avalia, c) ter tido contacto pelo menos duas vezes com a família do jovem; d) participar voluntariamente neste estudo. Os critérios de exclusão são: a) trabalhar no centro há menos de 2 anos, b) não ter intervenção técnica com o jovem/família, c) recusa em participar neste estudo.

É ainda constituído por 33 participantes jovens, do sexo masculino, que tinham como critérios de inclusão: a) encontrar-se em cumprimento de uma medida tutelar educativa de internamento em centro educativo; b) participar voluntariamente neste estudo; c) jovem com visitas familiares. Os critérios de exclusão são: a) jovem sem família ou visitas familiares; b) estar no centro educativo há menos de dois meses; c) recusa em participar neste estudo.

Procedimentos

Após a elaboração do plano de investigação, foi solicitado o parecer à Comissão de Ética do ISMT (Anexo 1). Após este ser favorável, foi solicitada uma autorização para recolha de dados para esta investigação que foi aceite por uma instituição da DGRSP. Foi solicitado o uso do Inventário de Perceção de Suporte Familiar (IPSF), que foi aceite pela Vetor Editora (Anexo 2). Os dados foram recolhidos em outubro de 2025 e posteriormente foram submetidos a uma análise quantitativa, sucedendo-se a respetiva discussão.

O consentimento informado (Anexo 3) foi obtido dos participantes previamente ao preenchimento do questionário, sendo explicado o objetivo principal do estudo e feita uma pequena contextualização sobre o tema principal do estudo, foi ainda explicado de que era uma participação confidencial e que os dados pessoais seriam sempre tratados por pessoas autorizadas, vinculado ao dever de sigilo e confidencialidade.

Para as análises estatísticas foi utilizado o *IBM SPSS Statistics* (Versão 27.0; IBM Corp., 2020).

Instrumentos

Administraram-se os seguintes instrumentos:

Questionário sociodemográfico para os técnicos – Onde são referenciados a idade, sexo, nível de estudos, tempo de trabalho no centro, funções que exercem, assim como relativo aos cumprimentos de medidas disciplinares por parte dos jovens (Anexo 4);

Entrevista estruturada para os técnicos - Com vista recolher dados sobre a qualidade do apoio familiar percebido de cada jovem participante neste estudo (Anexo 5).

IPSF – O IPSF tem o propósito de analisar a percepção do suporte familiar dos jovens (Baptista & Dias, 2007). É um questionário composto por 42 itens avaliados através de uma escala tipo Likert: 0 pontos para “*quase nunca ou nunca*”, 1 ponto para “*às vezes*” e 2 pontos para “*quase sempre ou sempre*”. Os itens do fator *adaptação familiar* são invertidos. Quanto maior o *score*, melhor é a percepção do indivíduo em relação ao suporte familiar recebido. Estes itens organizam-se em três fatores: a) fator 1 - *afetivo-consistente*, com 21 itens, analisa as relações afetivas intrafamiliares (interesse pelo outro, expressão verbal e não-verbal de afeto, clareza nos papéis e regras da família, e as estratégias para enfrentar desafios); b) fator 2 - *adaptação familiar*, tem 13 itens que analisam os sentimentos negativos em relação à família (isolamento, exclusão, raiva, vergonha, relações agressivas, irritação, incompreensão, a competição, interesse e culpabilidade entre os membros), este fator é cotado de forma invertida; c) fator 3 - *autonomia familiar*, é composto por 8 itens e analisa a percepção de autonomia que o indivíduo tem da sua família (confiança, privacidade e liberdade entre os membros da família).

Questionário sociodemográfico dos jovens - Para registo do regime de medida, familiar de referência, institucionalização prévia, características da relação familiar atual e passada (Anexo 4).

Resultados

Como se observa na tabela 1, dos 3 técnicos superiores de reinserção social, 2 (66.7%) são do *sexo feminino* e 1 (33.3%) do *sexo masculino*, com idade de 38, 41 e 51 anos. Destes, 1 (33.3%) dispõe de *mestrado* e 2 (66.7%) de *licenciatura*. Em relação ao tempo que estes

exercem a sua profissão no centro, 1 profissional (33.3%) entre os 10 e 12 anos e 2 profissionais (66.7%) entre os 3 e os 5 anos. Todos os técnicos possuem um contrato de trabalho estável.

Tabela 1.

Análise descritiva dos dados sociodemográficos dos técnicos (n = 3)

		Frequência	%
Sexo	Masculino	1	33.3
	Feminino	2	66.7
Estado Civil	Casado ou em União de facto	2	66.7
	Divorciado ou Separados	1	33.3
Nível escolar	Licenciatura	2	66.7
	Mestrado	1	33.3
Tempo em CE	3 a 5 anos	2	66.7
	10 a 12 anos	1	33.3

Nota: CE- Centro Educativo

Como se pode observar na tabela 2, participaram 33 jovens que estes técnicos tutores acompanham, sendo 17 de *regime semi-aberto* (51.5%), 8 de *regime aberto* (24.2%) e os restantes 8 de *regime fechado* (24.2%). Os jovens referem como familiar de referência a “mãe” (8 jovens; 24.2%); 3 (9.1%) disseram “pai”; 1 (3.0%) disse ser “avó(s)/avô(s)”; 2 (6.1%) referiram “tios(as)”; 2 (6.1%) disseram “namorado(a)”; 2 (6.1%) referiram “amigos(as)”; 2 (6.1%) jovens referiram a família alargada “mãe, pai, irmão(s)/irmã(s), avó(s)/avô(s)”; 2 (6.1%) disseram ser a “mãe e pai”; 5 (15.2%) dizem “pais e irmã(s)/irmão(s)”; 1 (3.0%) diz ser a “mãe, irmã(s)/irmão(s), padrasto”; 2 (6.1%) dizem ser “mãe e irmã(s)/irmão(s)”; 1 (3.0%) diz “pai, irmã(s)/irmão(s), avó(s)/avô(s)”; 1 (3.0%) diz ser “irmã(s)/irmão(s)”; e 1 (3.0%) diz ser “pais, avó(s)/avô(s), namorado(a)”.

A maioria destes jovens teve percurso de *institucionalização na segurança social* (n = 28; 84.8%), 90.4% (n = 30) apresentam *historial de abandono emocional e/ou negligência emocional*, 42.4% (n = 14) foram *vítimas de maltrato familiar*, e 22 jovens (66.7%) viviam em contextos familiares com *violência conjugal*, segundo a avaliação dos profissionais.

Usufruem de *licenças para domicílio* 6 jovens (18.2%), e quanto à regularidade das *visitas familiares*, 7 jovens (21.2%) têm 3 ou mais visitas/mês, 5 jovens (15.2%) têm 2 visitas/mês, 4 jovens (12.1%) têm apenas 1 visita/mês, 11 jovens (33.3%) têm menos de 1 visita/mês e 6 jovens (18.2%) não têm visitas familiares.

Tabela 2.

Análise das características sociodemográficas dos jovens (n = 33)

		Frequência	Porcentagem
Regime de medida	Aberto	8	24.2
	Semi-aberto	17	51.5
	Fechado	8	24.2
Familiar de referência	Mãe	8	24.2
	Pai	3	9.1
	Avó(s)/Avô(s)	1	3.0
	Tios(as)	2	6.1
	Namorado(a)	2	6.1
	Amigos(as)	2	6.1
	Mãe, Pai, Irmão(s)/ Irmã(s), Avó(s)/Avô(s)	2	6.1
	Mãe e Pai	2	6.1
	Pais e Irmão(s)/ Irmã(s)	5	15.2
	Mãe, Irmão(s)/ Irmã(s) e Padrasto	1	3.0
	Mãe e Irmão(s)/ Irmã(s)	2	6.1
	Pai, Irmão(s)/ Irmã(s) e Avó(s)/Avô(s)	1	3.0
	Irmão(s)/ Irmã(s)	1	3.0
	Pais, Avó(s)/Avô(s) e Namorado(a)	1	3.0
	Institucionalização na SS	Sim	28
Não		5	15.2
Historial de abandono emocional	Sim	30	90.9
	Não	3	9.1
Jovem vítima de maltratos familiares	Sim	14	42.4
	Não	19	57.6
Existência de violência conjugal	Sim	22	66.7
	Não	11	33.3
Licenças para domicílio	Sim	6	18.2
	Não	27	81.8
	Nunca	1	3.0
Contatos de iniciativa familiar	1x semana	3	9.1
	2x semana	6	18.2
	3x semana	10	30.3
	4 ou + por semana	13	39.4
Regularidade de visitas familiares no centro	Nunca	6	18.2
	Menos de 1x mês	11	33.3
	1x mês	4	12.1
	2x mês	5	15.2
	3 ou + por mês	7	21.2

Nota: SS - Segurança Social

Em relação ao contacto entre os técnicos e a família, como se pode observar na tabela 3, todos os técnicos apresentam uma média de mais de 10 horas semanais de *contacto com os jovens*, mas a nível do *contacto com as famílias* destes jovens, os técnicos participantes referem uma média de 1/2 horas semanais ou menos.

Tabela 3.

Contacto dos técnicos com a família e jovens (n = 3)

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Contacto com os jovens	5.00	5.00	5.00	.00
Contacto com as famílias	1.00	1.00	1.00	.00

Análise da consistência interna do IPSF

No estudo original deste inventário (Baptista & Dias, 2007) a análise da consistência interna, através do cálculo do coeficiente *alfa de Cronbach*, foi de .92 no fator *afetivo-consciente*, .89 no fator da *adaptação familiar*, de .93 no fator *autonomia familiar* e de .93 no total do instrumento. No nosso estudo, a análise da consistência interna do IPSF também se realizou através do cálculo do *Coefficiente alfa de Cronbach*, tal como recomendado por Field (2018) e Marôco (2021). Os resultados indicam que os itens da escala quando analisados na sua totalidade, apresentam uma consistência interna de .61, valor considerado inaceitável (Marôco, 2021). Nas tabelas 4 e 5, relativas ao coeficiente da consistência interna do IPSF por fator, observamos que o fator 1 “*afetivo-consistente*” apresenta um valor de .93 considerado excelente, o fator 2 “*adaptação familiar*” tem um valor de .74, o que significa que tem uma adequada consistência interna, e o fator 3 “*autonomia familiar*” um valor de .85, o que indica uma consistência interna muito boa (Field, 2018; Marôco, 2021).

Tabela 4.

Coefficiente Alfa de Cronbach do IPSF por fator (n = 33)

	Alfa de Cronbach	Alfa de Cronbach com base em itens padronizados	N de itens
Fator 1	.93	.93	21
Fator 2	.74	.81	13
Fator 3	.85	.84	8

Para o estudo da normalidade da distribuição, e tal como recomendado por Marôco (2021), realizou-se o teste de *Shapiro-Willk* devido ao número diminuto de participantes ($n = 33$). Os resultados indicaram que não existe uma distribuição normal das variáveis na amostra. Foi então, efetuada a análise de variância através do teste de Levene como recomendado por Field (2018) e Marôco (2021), que revelou a inexistência de homogeneidade. Desta forma optamos por realizar testes não paramétricos (Field, 2018; Marôco, 2021).

Para analisar as correlações das variáveis em estudo optou-se por aplicar a correlação de Spearman, tal como recomendado por Marôco (2021) e como se pode observar na tabela 6. Foram utilizados os valores de referência definidos por Cohen (Cohen, 2013), como sugerido por Field (2018) e Marôco (2021).

Analisando na tabela 6 verificamos a nível de correlações fortes, a partir da avaliação dos técnicos, que os *contactos telefónicos de iniciativa familiar*, apresentam uma correlação positiva forte com *proximidade afetiva da família com o jovem* ($r_s = .64; p < 0,05$) e com o total do fator *afetivo-consistente* do IPSF, avaliado pelos jovens ($r_s = .63; p < 0,05$), o que evidencia que o maior contacto da família com o jovem se associa a uma percepção de maior suporte familiar recebido. O *número de visitas familiares* e a *proximidade afetiva da família para com o jovem*, ambas avaliadas pelos técnicos, têm uma correlação positiva forte ($r_s = .50; p < 0,05$), assim como com o *número de contactos telefónicos de iniciativa familiar*, avaliado pelos técnicos ($r_s = .66; p < 0,05$), demonstrando que os jovens com maior número de visitas familiares são os jovens que recebem mais contactos telefónicos de iniciativa familiar. A *proximidade afetiva do jovem com a família*, avaliada pelos técnicos, apresenta uma correlação positiva forte com o total do fator *adaptação familiar* do IPSF, avaliado pelos jovens ($r_s = .53; p < 0,05$), indicando a relação entre a proximidade afetiva e a adaptação familiar. Observamos também que a *qualidade da relação familiar* tem correlação positiva forte com a *proximidade afetiva entre o jovem e a sua família* ($r_s = .51; p < 0,05$), ambas as variáveis avaliadas pelos técnicos.

A nível das correlações moderadas, constatamos que a variável *historial de abandono emocional/negligência emocional*, avaliado pelos técnicos, tem uma correlação positiva moderada com a *institucionalização prévia na segurança social* ($r_s = .45; p < 0,05$), e uma correlação negativa moderada com o *número de elementos do agregado familiar* ($r_s = -.30; p < 0,05$). Existe correlação negativa moderada entre o *historial de abandono*

emocional/negligência emocional e a *proximidade afetiva do jovem com a família*, ambas avaliadas pelos técnicos ($r_s = -.37; p < 0,05$), também com o total do fator *adaptação familiar* do IPSF, avaliado pelos jovens ($r_s = -.34; p < 0,05$), e com o *número de visitas familiares*, avaliado pelos técnicos, existe correlação positiva moderada ($r_s = .31; p < 0,05$).

O *número de elementos do agregado familiar* apresenta uma correlação negativa moderada com a avaliação dos técnicos acerca da *influência da família no comportamento do jovem* ($r_s = -.45; p < 0,05$), *proximidade afetiva do jovem com a família* ($r_s = -.30; p < 0,05$), *contactos telefónicos de iniciativa familiar* ($r_s = -.43; p < 0,05$), e com o total do fator *adaptação familiar* do IPSF, avaliado pelos jovens ($r_s = -.48; p < 0,05$).

Segundo a avaliação dos técnicos, a *institucionalização prévia do jovem na segurança social* apresenta uma correlação positiva moderada com a *proximidade afetiva da família* ($r_s = .41; p < 0,05$), com os *contactos telefónicos de iniciativa familiar* ($r_s = .36; p < 0,05$) e com as *visitas familiares* ($r_s = .38; p < 0,05$).

Evidencia-se uma correlação positiva moderada entre o jovem ter sido *vítima de maltrato familiar* e ter assistido a *violência conjugal*, ambas avaliadas pelos técnicos ($r_s = .35; p < 0,05$) e entre jovem ter sido *vítima de maltrato familiar* com a *qualidade da relação familiar*, avaliada pelos técnicos ($r_s = .30; p < 0,05$). A variável *violência conjugal*, avaliada pelos técnicos, evidencia uma correlação negativa moderada com total do fator *autonomia familiar* do IPSF, avaliado pelos jovens ($r_s = -.30; p < 0,05$).

O *tempo de permanência em CE* obteve uma correlação negativa moderada ($r_s = -.39; p < 0,05$) com *qualidade da relação familiar* avaliada pelos técnicos, e uma correlação positiva moderada com o *historial de abandono emocional/negligência*, avaliada também pelos técnicos ($r_s = .36; p < 0,05$). O *tempo de permanência em CE* apresenta correlações positivas moderada com o total do fator *afetivo-consistente* do IPSF ($r_s = .34; p < 0,05$), e com o *total IPSF*, ambas avaliadas pelos técnicos ($r_s = .33; p < 0,05$).

A *influência da família no comportamento do jovem* avaliada pelos técnicos, mostrou uma correlação positiva moderada com as avaliações técnicas da *proximidade afetiva da família com o jovem* ($r_s = .37; p < 0,05$), com a *proximidade afetiva do jovem com a família* ($r_s = .35; p < 0,05$), com os *contactos telefónicos de iniciativa familiar* ($r_s = .40; p < 0,05$), e com a *adaptação familiar* do IPSF, avaliado pelos jovens ($r_s = .48; p < 0,05$) e também com o *total IPSF*, avaliado pelos jovens ($r_s = .32; p < 0,05$).

A avaliação técnica da *proximidade afetiva da família* com o jovem apresenta uma correlação positiva moderada com a *qualidade da relação familiar*, avaliada pelos técnicos ($r_s = .39; p < 0,05$), com o total do fator *adaptação familiar* do IPSF, avaliado pelos jovens ($r_s = .32; p < 0,05$), com total do fator *autonomia familiar* do IPSF, também avaliado pelos jovens ($r_s = .38; p < 0,05$) e com o *total IPSF*, avaliado pelos jovens ($r_s = .42; p < 0,05$).

A *proximidade afetiva do jovem com a família* avaliada pelos técnicos, apresenta uma correlação positiva moderada com os *contactos telefónicos de iniciativa familiar*, também avaliada pelos técnicos ($r_s = .35; p < 0,05$) e com o *total IPSF*, avaliado pelos jovens ($r_s = .35; p < 0,05$). Os *contactos telefónicos de iniciativa familiar*, avaliado pelos técnicos, evidencia uma correlação positiva moderada com a *qualidade da relação familiar* também avaliada pelos técnicos ($r_s = .45; p < 0,05$), tal como com o total do fator *adaptação familiar* do IPSF, avaliado pelos jovens ($r_s = .34; p < 0,05$).

Tabela 6.

Matriz de correlações entre variáveis sociodemográficas dos jovens, avaliação dos técnicos e IPSF (Spearman r_s , bilateral, $n = 33$)

	NAG	ISS	HAE	VM	VC	PCE	IFC	PAJ	PAF	QR	CF	VF	H	Afc	Adf	AutF	IPSF
														1	2	3	t
NAG	1.00																
ISS	-.22	1.00															
HAE	-.10	.45	1.00														
VM	-.17	.02	.06	1.00													
VC	-.00	-.12	.22	.35	1.00												
PCE	-.24	-.12	-.25	-.19	-.09	1.00											
IFC	-.45	.23	.13	.05	-.10	-.02	1.00										
PAJ	-.29	.41	.16	-.09	-.16	-.03	.37	1.00									
PAF	-.30	-.08	-.37	.09	-.23	-.07	.35	.07	1.00								
QR	-.13	.09	-.16	.30	-.01	-.39	.08	.39	.51	1.00							
CF	-.43	.36	.22	-.03	-.08	-.05	.40	.64	.35	.45	1.00						
VF	-.20	.38	.31	-.17	-.28	-.07	.25	.50	.01	.17	.66	1.00					
H	-.30	.13	.10	.16	.22	.36	-.09	.20	-.14	-.05	.16	.03	1.00				
Afc 1	-.02	-.16	-.17	.02	-.04	.34	.20	.21	.19	.09	.63	.05	-.01	1.00			
Adf 2	-.48	-.12	-.34	.19	-.09	.27	.48	.32	.53	.26	.34	.11	.10	.39	1.00		
AutF 3	-.09	.12	-.26	-.02	-.30	.08	.12	.38	.20	.19	.22	-.02	.21	.18	.03	1.00	
IPSFt	-.18	-.08	-.28	-.01	-.15	.33	.32	.42	.35	.21	.25	.13	.15	.89	.60	.43	1.00

Nota: NAG - Número de elementos do agregado familiar; ISS - Institucionalização prévia na Segurança Social; HAE - Historial de abandono emocional/negligência; VM - Vítima de mal tratos familiares; VC - Violência conjugal; PCE- Permanência em CE; IFC - Influência da família no comportamento; PAJ - Proximidade afetiva da família com o jovem; PAF - Proximidade afetiva do jovem com a família; QR - Qualidade da relação familiar; CF - Contactos telefónicos de iniciativa familiar; VF - Visitas familiares; H - Jovem com historial de abandono emocional/negligência emocional; Afc1- Total do fator *afetivo-consistente* do IPSF; Adf 2- Total do fator *adaptação familiar* do IPSF; AutF 3- Total do fator *autonomia familiar* do IPSF; IPSFt - Total IPSF.

A tabela 7, encontram-se representados os valores médios obtidos no IPSF. A média para o fator *afetivo-consistente* do IPSF, é de 33.55, no fator *adaptação familiar*, o valor é de 22.03, no fator *autonomia familiar*, é de 13.00. No total do IPSF obteve-se uma média de 68.58.

Tabela 7.

Média do IPSF total e por fator (n = 33)

	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Total IPSF
Média	33.55	22.03	13.00	68.58

Para comparar os resultados obtidos pelos jovens no IPSF e pelos técnicos na avaliação familiar, foi realizado o teste *U de Mann-Whitney* para amostras independentes, tal como recomendado por Field (2018) e Marôco (2021). Na tabela 8, encontram-se os resultados do teste *U de Mann-Whitney*, para o qual foi efetuado o cálculo da média da avaliação dos técnicos, e utilizado o valor médio obtido pelos jovens no IPSF. Os resultados indicam que não há diferenças estatisticamente significativas entre a avaliação dos jovens e a avaliação dos técnicos sobre o apoio e suporte familiar dos jovens, durante o cumprimento das medidas de internamento, pelo que rejeitamos a H0.

Tabela 8.

Comparação da percepção de suporte familiar entre jovens e profissionais (Mann-Whitney, n = 36, α = 0,05)

U de Mann-Whitney	Wilcoxon W	Estatística de teste	Erro padrão	Estatística de Teste Padronizado	Sinal assintótico (teste de dois lados)	Sig.
544.50	1,105.50	544.50	32.23	0.00	1.00	<0,01

Discussão

Os dados socio-demográficos revelaram que a maioria dos jovens apresenta *histórico de abandono emocional ou negligência* (90.9%), *maltrato familiar* (42.4%) e *exposição a violência conjugal* (66.7%), fatores que, se configuram como preditores muito significativos de comportamentos delinquentes, reforçando assim a evidência de que a disfunção familiar é

um dos principais fatores de risco para o desenvolvimento de condutas antissociais (Alarcão, 2003; Freire, 2020; Lemos, 2007; Nogueira, 2022; Paula & Júnior, 2013).

As *visitas familiares* no centro educativo, verifica-se que um número significativo de jovens tem menos de 1 visita por mês, e que outros não têm visitas, resultados que demonstram o pouco suporte familiar para com alguns destes jovens, tal como salienta McGillivray (2016).

No que concerne à percepção do suporte familiar avaliado através do IPSF, verificou-se que, embora na totalidade dos itens a escala apresente uma consistência interna inaceitável ($\alpha = .61$) (Cohen, 2013; Field 2018; Marôco 2021), os resultados da consistência interna por fator indicam que o IPSF revela valores satisfatórios a excelentes de consistência interna nas três dimensões avaliadas, evidenciando uma fiabilidade adequada, desde que analisado por fator (Field, 2018; Marôco, 2021).

Analisando a tabela 6 observa-se resultados interessantes, como a correlação positiva forte entre o total do fator *afetivo-consistente* do IPSF, avaliado pelos jovens, e os *contactos telefónicos de iniciativa familiar*, avaliado pelos técnicos ($r_s = .63$; $p < 0,05$), indicando que o número de contactos por parte da família com o jovem institucionalizado, proporciona ao jovem uma percepção mais favorável e positiva relativamente ao apoio familiar recebido, tal como salientam Correia (2017), Paula e Júnior (2013), Santos, J.D., (2015), Santos, D., (2017), e Silva (2010). A correlação positiva moderada, entre a *proximidade afetiva da família com o jovem*, avaliada pelos técnicos, com o total do fator da *adaptação familiar* do IPSF (fator com cotação invertida), avaliado pelos jovens ($r_s = .32$; $p < 0,05$), o qual se refere a sentimentos negativos em relação à família (isolamento, exclusão, raiva, vergonha, relações agressivas, irritação e incompreensão), evidencia que quanto maior a proximidade afetiva demonstrada pela família, menos tendem a ser os sentimentos negativos manifestados pelo jovem relativamente à sua família, como referem Correia (2017) e de Paula e Júnior (2013).

A avaliação dos técnicos relativamente *qualidade da relação familiar* e a *proximidade afetiva para com a sua família*, evidencia uma correlação positiva forte ($r_s = .51$; $p < 0,05$), salientando que os técnicos avaliam de forma relacionada estes dois parâmetros, isto é, os técnicos quando avaliam uma boa qualidade da relação familiar com o jovem, tendem a ter uma avaliação de maior proximidade afetiva entre o jovem e a família, o que vai ao encontro dos estudos de McGillivray (2016) e de Mendes (2020). A percepção dos jovens do seu suporte familiar emerge como um elemento central na manutenção ou não dos comportamentos transgressivos, reforçando a importância de relações familiares de qualidade, tal como referenciado por Correia (2017), Mendes (2020) e Nogueira (2022). A existência de visitas

regulares, contactos telefónicos e a manifestação de afetos, ou seja, um envolvimento parental ativo e favorável, revela-se essencial para o ajustamento social dos jovens (Alarcão, 2003; Freire, 2020; Lemos, 2007; McGillivray, 2016; Mendes, 2020; Nogueira, 2022; Paula & Júnior, 2013; Santos, D., 2017).

O teste *U de Mann-Whitney* para amostras independentes, conduziu-nos à rejeição da hipótese nula da nossa investigação, verificando-se que não existem diferenças significativas entre a avaliação dos técnicos e dos jovens, relativamente ao apoio e suporte familiar dos jovens, durante o cumprimento das medidas de internamento. Este facto, demonstra a coerência entre a avaliação dos jovens e dos técnicos relativamente ao suporte e apoio recebido pelos jovens por parte da família, durante o cumprimento das medidas de internamento, salientando a acuidade da avaliação técnica realizada e a forma como esta avaliação pode potenciar intervenções eficazes dirigidas à família e ao jovem (Santos, D., 2017).

Salientamos ainda um aspeto que nos chamou à atenção e que se refere ao facto dos técnicos relatarem contactos substancialmente mais frequentes com os jovens do que com as famílias, sugerindo que a intervenção tende a focar-se mais no jovem, no sentido linear da intervenção individual, do que no trabalho sistémico com a família, assinalando uma lacuna na integração das famílias nos processos de trabalho clínico e de socialização, apesar de o contexto familiar ser determinante na prevenção da reincidência (Alves, 2021; Ausloos, 2003; Santos, D., 2017; Silva, 2010). Alarcão (2003) e Von Foerster (2003) referem que, o processo de observação é circular, ou seja, o observador observa o sistema, neste caso, os técnicos observam os jovens, e a observação é parte de outro sistema englobando o observador, ou seja, o observador é um elemento interno do sistema observante, provindo assim a ideia de que o observador influencia o observado e o observado influencia o observador. Numa lógica de cibernética de 2.^a ordem ambos os sistemas, observante e observador, desenvolvem-se em conjunto, em um processo de influência recursiva e não linear (Alarcão, 2003). Sendo assim, técnicos (observadores e observados) procuram contribuir para a mudança dos comportamentos dos jovens (observados e observadores), mas devido à recursividade sistémica ambos são mutuamente influenciados (Alarcão, 2003; Von Foerster, 2003). Von Foerster (2003), afirma ainda que o observador, modifica o sistema que observa com base nos seus ideais e interesses, definindo-o subjetivamente na sua forma e função, ou seja, o observador determina o objetivo principal do sistema. Logo, percebemos a importância da avaliação do técnico (enquanto observador-observado) face ao jovem e à sua família (observados-

observadores), e decorrente da assimetria de poder existente entre o jovem e o seu técnico, este pode ter um papel fundamental na definição de estratégia de intervenção dirigidas à problemática das relações familiares, pelo que a acuidade desta avaliação se torna fundamental em todo o processo de trabalho reabilitador do jovem. Tal como salientado por diversos autores (Alarcão, 2003; Freire, 2020; Lemos, 2007; McGillivray, 2016; Mendes, 2020; Nogueira, 2022; Paula & Júnior, 2013; Santos, D., 2017), a presença da família é de grande importância na vida dos jovens, pelo que a mudança de um paradigma linear de intervenção técnica dirigida quase exclusivamente ao jovem para uma intervenção técnica baseada no trabalho sistémico entre a família, os jovens e os técnicos, é fundamental (Lemos, 2007; Nogueira, 2022; Santos, D., 2017; Simões et al., 2008).

Conclusão

De um ponto de vista sistémico, a família deve ser entendida como um sistema interligado, em que a perturbação de um dos membros afeta todo o sistema (Alarcão, 2003; Silva, 2010). Assim, intervenções centradas exclusivamente num indivíduo revelam-se insuficientes, é necessário criar uma abordagem integradora que envolva o sistema familiar, permitindo restabelecer a coesão e os mecanismos de regulação interna, respeitando a autonomia e compreendendo competência das famílias, como entidades dinâmicas, complexas e auto-organizadoras (Alarcão, 2003; Ausloos, 1996).

Este estudo reforça a importância de práticas institucionais que privilegiam o trabalho colaborativo entre os técnicos, os jovens e as suas famílias, potenciando a mudança através da reorganização das suas interações familiares.

Apesar de a amostra obtida ser reduzida, acabando por limitar a generalização dos resultados, as conclusões apontam para a necessidade de reforçar o envolvimento das famílias nos processos educativos e de promover intervenções sistémicas integradas, capazes, assim, de fortalecer as relações familiares e de favorecer a reinserção social dos jovens.

Em síntese, os resultados deste estudo confirmam não só a importância da presença dos técnicos que trabalham com estes jovens, mas também a influência significativa do suporte familiar para os jovens em centros educativos, corroborando a literatura que identifica a família como principal agente de socialização (Alarcão, 2003; Santos, J. D., 2015). A ausência de suporte familiar adequado associa-se a uma maior vulnerabilidade emocional e comportamental nestes jovens, enquanto as relações familiares coesas e afetivas funcionam como fatores protetores da delinquência juvenil.

Referências

- Alarcão, M. (2003). *(Des)Equilíbrios familiares. Uma visão sistémica* (3.^a ed.). Quarteto Editora.
- Alves, M. M. B. A. (2021). *Adaptação à prisão e infrações disciplinares*. [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. *Repositório aberto da Universidade do Porto*. <https://hdl.handle.net/10216/140215>
- Ausloos, G. (2003). *A competência das famílias*. (2.^a ed.). Climepsi Editores.
- Baptista, M. N., & Dias, R. R. (2007). *Fidedignidade do inventário de percepção de suporte familiar- IPSF*. *Avaliação Psicológica*, 6 (1), 33-37.
- Born, M. (2005). *Psicologia da delinquência*. (1.^a ed.). Climepsi Editores.
- Carrilho, L. M. G. F. (2000). *Influências familiares no desenvolvimento de trajetórias desviantes em adolescentes institucionalizados* [Tese de doutoramento, Universidade do Porto]. *Repositório Aberto da Universidade do Porto*. <https://hdl.handle.net/10216/22934>
- Cohen, J. (2013). *Statistical power analysis for the behavioral sciences* (2.^a ed.). Lawrence Erlbaum Associates.
- Correia, S. M. S. F. (2017). *Relação entre juventude, comportamentos desviantes e família: o que os jovens têm para dizer?* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. *Repositório Universidade do Minho*. <https://hdl.handle.net/1822/49459>
- DGRSP (2025). *Estatísticas e indicadores da DGRSP*. DGRSP. <https://dgrsp.justica.gov.pt/Estat%C3%ADsticas-e-indicadores/Prisionais>
- Duarte, V. (2011). *Os caminhos de Alice do outro lado do espelho: Discursos e percursos na delinquência juvenil feminina*. [Tese de doutoramento, Universidade do Minho]. *Repositório Universidade do Minho*. <https://hdl.handle.net/1822/19785>
- Farrington, D. (2005). *Childhood origins of antisocial behavior*. *Clinical psychology and psychotherapy*, (Vols. 12), 177-190.
- Field, A. P. (2018). *Discovering statistics using SPSS* (5.^a ed.). SAGE Publications Ltd.
- Foerster, H. Von. (2003). *Understanding understanding: essays on cybernetics and cognition*. Springer New York. <https://doi.org/10.1007/b97451>

Freire, G. C. S. C. (2020). *O papel da família e dos pares em trajetórias de risco e conflito: a perspectiva de jovens* [Dissertação de mestrado, Universidade Católica Portuguesa]. Universidade Católica Portuguesa. <http://hdl.handle.net/10400.14/32697>

IBM Corp. (2020). *IBM SPSS Statistics (Versão 27.0) [Software]*. IBM Corp

Lemos, I. (2007). *Família, psicopatologia e resiliência na adolescência: do risco psicossocial ao percurso delinquente* [Tese de doutoramento em Psicologia Clínica, Universidade do Algarve]. Universidade do Algarve.

Marôco, J. (2021). *Análise estatística com o SPSS statistics (7ª ed.)*. Report Number.

McGillivray, C. (2016). *Rendering them visible: A review of progress towards increasing awareness and support of prisoners' families*. Families Outside. <https://www.familiesoutside.org.uk/content/uploads/2017/12/Rendering-Them-Visible-FINAL.pdf>

Mendes, F. A. N. (2020). *Conhecer a parentalidade para prevenir a delinquência: A influência da família na delinquência juvenil* [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. *Repositório aberto da Universidade do Porto*. <https://hdl.handle.net/10216/129680>

Nogueira, I. L. (2022). *O papel da família e do meio no desenvolvimento de comportamentos desviantes nos jovens: As perceções dos técnicos* [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. *Repositório aberto Universidade do Porto*. <https://hdl.handle.net/10216/145331>

Paula, M. L. B. & Jr., F. B. A. (2013). *Delinquência juvenil e família*, *Revista Psicopedagogia*, 30(91): 43-51. Scielo. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v30n91/06.pdf>

Santos, D. (2017). *A entrevista estruturada para famílias multiproblemáticas de Marcelo Pakman na avaliação familiar da delinquência juvenil* [Tese de doutoramento]. Universidade de Coimbra. <https://hdl.handle.net/10316/79738>.

Santos, J. D. (2015). *Delinquência juvenil: A relação entre a vinculação à mãe, ao pai e ao grupo de pares* [Dissertação de mestrado, ISPA]. *Repositório ISPA*. <http://hdl.handle.net/10400.12/4476>.

Schoon, I., & Parsons, S. (2002). *Teenage aspirations for future careers and occupational outcomes*. *Journal of Vocational Behavior*, 60 (2).

Silva, A. V. S. R. (2010). *Influência dos estilos parentais no desenvolvimento do comportamento criminal dos reclusos*, [Dissertação de mestrado, Universidade da Beira Interior]. *Ubibliorum*. <http://hdl.handle.net/10400.6/2585>

Simões, C., Matos, M. G., & Batista-Foguet, J. M. (2008). *Juvenile delinquency: analysis of risk and protective factors using quantitative and qualitative methods*. *Cognition, Brain & Behavior*, 12(4), 389-408.

Soares, J. B. (2012). *Sobre a delinquência juvenil definimos*. Instituto de Apoio à Criança. <https://iacrianca.pt/wp-content/uploads/2020/07/infocedi39.pdf>.

Tomiță, M. (2014). *Developing alternative understandings of conflicts that involve delinquent children through life space crises intervention*. *Revista de Cercetare si Interventie Sociala*, 44, 67-85.

Anexo 1

Parecer da Comissão de Ética

Parecer: CE-P19-25

Projeto de Investigação: “A influência da família nos comportamentos disruptivos dos jovens em centro educativo: perspetiva dos técnicos”

Investigador Responsável: Mariana Cravide Silva (Estudante de Mestrado, Instituto Superior Miguel Torga)

Orientador: Diamantino Santos, PhD

Entidade Parceira: Centros Educativos

Data de Entrada: 30 de dezembro de 2024

Data de Apreciação: 24 de fevereiro de 2025

Fundamentação do parecer:

O projeto de investigação intitulado “A influência da família nos comportamentos disruptivos dos jovens em centro educativo: perspetiva dos técnicos”, submetido por Mariana Cravide Silva, tem como objetivo analisar, a partir da perspetiva dos técnicos que acompanham os jovens, de que forma o envolvimento familiar influencia os seus comportamentos dentro do centro educativo.

O estudo recorre a uma abordagem qualitativa e quantitativa, com aplicação de um questionário sociodemográfico e realização de entrevistas estruturadas a técnicos com mais de dois anos de experiência e contacto com as famílias dos jovens. Os dados recolhidos serão analisados estatisticamente, e serão asseguradas a confidencialidade e o cumprimento das normas éticas, incluindo consentimento informado.

A Comissão de Ética do Instituto Superior Miguel Torga, após análise da ficha de informação e dos procedimentos propostos, emite parecer positivo.

Coimbra, 24 de fevereiro de 2025

Pela Comissão de Ética,


Luís Cunha, PhD
(Comissão de Ética)

Anexo 2

De: Ana Clara Triglia ana.triglia@vetoreditora.com.br ✉
Assunto: RES: Pedido de utilização do IPSF
Data: 14 de outubro de 2025, 12:52
Para: marianasilvadl.2001@gmail.com

AT

Olá, Mariana. Bom dia!
Espero que esteja bem.

Sou a Ana, psicóloga do departamento de Pesquisa da Vetor Editora.

Recebemos seu contato por meio do Professor Makilim, autor do IPSF. Ainda que ele seja o autor, a Vetor Editora é detentora dos direitos autorais do material, motivo pelo qual ele encaminhou seu e-mail para nós.

Em relação à sua solicitação, o IPSF **pode ser utilizado normalmente em contextos de pesquisa**, desde que sua aplicação siga as orientações do manual técnico e respeite os critérios de uso. Ou seja, não há problema algum em utilizar o IPSF para fins de pesquisa, nós inclusive incentivamos! Apenas reforçamos a importância de utilizar o material **original, comercializado pela Vetor Editora**, ou seja, o **manual técnico (livro de instruções)**, o **livro de aplicação** e o **crivo de correção**.

Caso deseje publicar os resultados da pesquisa, é essencial **referenciar corretamente o instrumento**, conforme as orientações do manual, e **não reproduzir itens ou trechos** do material em textos, artigos ou apresentações. De acordo com a **Lei de Direitos Autorais**, não é permitida a reprodução ou distribuição de cópias do manual técnico ou do livro de aplicação. Assim, somente as versões originais e comercializadas pela Vetor Editora podem ser utilizadas, a fim de preservar os direitos autorais e o sigilo do conteúdo.

Por fim, destacamos que **não é autorizada a apresentação de imagens e/ou prints do instrumento** em publicações ou apresentações.

Ficamos à disposição e desejamos sucesso na continuidade do seu projeto!

Abraços,

  **ANA CLARA TRIGLIA**
Psicóloga | Produtos e Pesquisa
Tel.: 11 3146-0333 | R.1168
www.vetoreditora.com.br

 

Anexo 3

CONSENTIMENTO INFORMADO, ESCLARECIDO E LIVRE PARA PARTICIPAÇÃO EM INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Por favor, leia atentamente as informações a seguir. Caso identifique alguma incorreção ou falta de clareza, sintá-se à vontade para solicitar esclarecimentos adicionais. Se estiver de acordo com a proposta apresentada, por favor, assinie este documento.

Título do estudo/projeto: Suporte familiar em jovens internados em Centros Educativos: entre a dissonância e a complementaridade.

Informação ao/à participante:

O presente estudo está a ser desenvolvido no âmbito de um projeto de investigação a decorrer no **Instituto Superior Miguel Torga (ISMT)**. Este estudo não é financiado por qualquer fundo ou bolsa de investigação, e mereceu a aprovação da Comissão de Ética do ISMT.

O estudo tem por objetivo perceber a relação entre o suporte familiar, percebido pelos técnicos dos jovens internados em centros educativos, e os comportamentos disciplinares destes.

O procedimento experimental será feito num único momento, com os técnicos superiores que acompanham os jovens nos centros educativos. A sua participação no estudo consiste em responder a uma entrevista estruturada apresentada pela investigadora. A sua participação é voluntária e a sua seleção decorre apenas do facto de ser técnico superior no centro educativo há mais de 2 anos, ser o técnico do jovem que avalia e ter tido contacto com a família do jovem, pelo menos, duas vezes.

Este método é seguro, não existindo riscos significativos expectáveis associados à participação no estudo. A sua participação não contempla nenhuma contrapartida financeira ou de outra natureza e não implica quaisquer custos para si. O estudo é totalmente sigiloso e jamais serão partilhados os seus dados ou respostas pessoais com a sua entidade patronal ou qualquer outra entidade.

O ISMT é a responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais, recolhidos e tratados exclusivamente para as finalidades do estudo, tendo como base legal o seu consentimento (de acordo com o art.º 6.º, n.º 1, alínea a) do Regulamento Geral de Proteção de Dados - RGPD).

A sua participação no estudo é estritamente **voluntária**: pode escolher livremente participar ou não participar. Se optar por participar, pode interromper a participação e retirar o consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais em qualquer momento, sem ter de prestar qualquer justificação e sem qualquer tipo de penalização. A retirada de consentimento não afeta a legalidade dos tratamentos anteriormente efetuados com base no consentimento prestado.

Além de voluntária, a participação é também **confidencial**. Os seus dados pessoais serão sempre tratados por pessoal autorizado, vinculado ao dever de sigilo e confidencialidade. O ISMT garante a utilização das técnicas, medidas organizativas e de segurança adequadas para proteger as informações pessoais. É exigido a todos os investigadores que mantenham todos os seus dados pessoais confidenciais. Para garantir a confidencialidade das suas respostas, aos instrumentos e dados recolhidos de cada participante serão atribuídos um número único, única forma de identificação dos participantes.

Os seus dados pessoais serão conservados pela investigadora e pelo seu orientador científico apenas durante o tempo estritamente necessário à conclusão da dissertação de mestrado, que resultará como produto desta investigação. Após a conclusão e defesa pública da dissertação, os dados recolhidos serão destruídos, garantindo-se o seu anonimato nos resultados do estudo, apenas divulgados para efeitos estatísticos/análise qualitativa, de ensino, comunicação em encontros ou publicações científicas.

O ISMT não divulga ou partilha com terceiros a informação relativa aos seus dados pessoais. Neste estudo, são divulgados dados pessoais às seguintes entidades:

· Mariana Silva – investigadora, e Prof. Dr. Diamantino Santos – orientador científico.

Caso considere necessário tem ainda o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo competente – Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Este estudo tem como investigadora responsável Mariana Cravide Silva, e-mail marianasilvadl.2001@gmail.com, que poderá contactar caso pretenda esclarecer dúvidas, partilhar algum comentário, ou exercer os seus direitos relativos ao tratamento dos seus dados pessoais. Poderá utilizar o contacto indicado para solicitar o acesso, a retificação, a eliminação ou a limitação do tratamento dos seus dados pessoais.

Em nome da equipa de investigação, manifesto os nossos agradecimentos pela sua participação neste estudo e reitero a nossa disponibilidade para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Investigador responsável:

Mariana Cravide Silva, mestranda no ISMT, N.º aluna 11715, contacto: 912067058.

_____, ____/____/____

Assinatura do investigador responsável: _____

Consentimento do/a participante:

Declaro ter compreendido os objetivos de quanto me foi proposto e explicado pelo/a investigador/a, ter-me sido dada oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o presente estudo e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora. **Aceito** participar no estudo e consinto que os meus dados pessoais sejam utilizados de acordo com as informações que me foram disponibilizadas.

Sim Não

_____, ____/____/____

Nome completo: _____

Assinatura: _____

ESTE DOCUMENTO É FEITO EM DUPLICADO:
UMA VIA PARA O/A INVESTIGADOR/A, OUTRA PARA QUEM CONSENTE

Anexo 4

Número do técnico: _____

Data: ____/____/____

Questionário Sociodemográfico

Caracterização Geral do Técnico

Idade: _____ Género: _____ Sexo: _____

Estado civil: Solteiro Casado ou em União de Facto Divorciado ou Separado Viúvo

Constituição do agregado familiar atual do jovem: _____

Habilitações do técnico

Nível escolar: 12.º ano Licenciatura Mestrado Doutoramento Outra

Situação profissional: contrato termo certo contrato tempo indeterminado

Contexto de trabalho do técnico

Funções desempenhadas: TPRS TSRS TS

Funções desempenhadas: Eq. Residencial Eq. Programas Outra: _____

Tempo de exercício em CE:

1 a 2 anos 3 a 5 anos 6 a 10 anos 10 a 12 anos 12 a 15 anos > 15 anos

Contacto com os jovens: 1 a 2 horas por semana; 2 a 4 horas por semana;

5 a 7 horas por semana 7 a 9 horas semanais > a 10 horas semanais

Contacto com as famílias dos jovens: 1 a 2 horas por semana; 2 a 4 horas por semana; 5 a 7 horas por semana > a 7 horas semanais

Caracterização das famílias dos jovens e dos jovens

Jovem n.º ____ Regime: _____ Duração da medida: _____

Elemento(s) familiar(es) de referência para o jovem no centro educativo:

mãe pai irmã(s)/irmão(s) avó(s)/avô(s) outra: _____

N.º de elementos do agregado familiar do jovem: _____

Idade atual do jovem: _____ Idade do familiar de referência: _____

Jovem com percurso de institucionalização na SS?: _____

Jovem com historial de abandono emocional/negligência emocional? sim não

Anexo 5

N.º do técnico: _____, N.º do jovem: _____
Data: ____/____/____

Por favor, responda a cada questão refletindo acerca da família e da qualidade da relação desta, com este jovem.

Duração da medida do jovem: _____

Tempo de permanência do jovem em CE: _____

Jovem em fase de usufruir licenças para o domicílio: SIM NÃO

Avaliação das relações familiares dos jovens em CE

A) De 1 (influência muito negativa) a 10 (influência muito positiva) indique o nível valorativo de influência que considera que a família tem no comportamento do jovem em CE:

1 10

B) De 1 (nada próximos) a 10 (muito próximos) indique o nível de ligação/proximidade afetiva que a família demonstra para com este jovem:

1 10

C) De 1 (nada próximos) a 10 (muito próximos) indique o nível de ligação/proximidade afetiva que o jovem expressa relativamente à sua família/familiar de referência:

1 10

D) De 1 (nada favorável) a 10 (muito favorável) indique o nível da qualidade da relação com que a família expressa relativamente a este jovem:

1 10

E) Indique a regularidade dos contactos telefónicos de iniciativa familiar para o jovem:

Nunca 1X semana 2X semana 3X semana 4 ou + vezes por semana

F) Indique a regularidade das visitas familiares que o jovem tem no Centro Educativo:

Nunca menos de 1X mês 1X mês 2X mês 3 ou mais X mês